

L E I Nº 542/64

Data : 12 de dezembro de 1964.

Súmula: Dispõe sobre tributação dos impostos de indústrias e Profissões e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sancionado a seguinte

L E I

Artigo 1º - O imposto de Indústrias e Profissões tem como fato gerador o efetivo exercício de atividade comercial ou industrial, ou exercício de profissão, arte ou ofício, com o objetivo de lucro ou remuneração.

Parágrafo Único – A incidência do imposto e sua cobrança independem:

a) do resultado financeiro do efetivo exercício da atividade;
b) do cumprimento de quaisquer exigências legais ou regulamentares relativas ao exercício da atividade, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 2º - São isentos do imposto:

I – Os teatros, circos e parques de diversões;

II – Os caixeiros viajantes, portadores de carteiras profissional, que se limitarem a efetuar vendas mediante amostras e pedidos de mercadorias;

III – Os vendedores ambulantes de jornais, revistas e livros;

IV – As pensões familiares com até dois hóspedes;

V – A atividade de artífice exercida na própria residência, sem auxílio de terceiros;

VI – Os fisicamente incapazes que tenham movimento anual de até doze vezes o salário mínimo local.

VII – As máquinas de beneficiar café, arroz, milho, etc., instaladas nas fazendas, desde que beneficiem exclusivamente os produtos das mesmas fazendas;

VIII – Os que exercerem o magistério e os diretores de estabelecimentos de instrução;

IX – Os estabelecimentos de ensino.

CAPÍTULO II

DAS ALÍQUOTAS E BASES DE CÁLCULO

Artigo 3º - O impostos de Indústrias e Profissões, será calculado na base de dois décimos (0,2) por cento (%) sobre o movimento econômico, verificado no exercício de 1964.

Parágrafo Único - A incidência do imposto prevista neste artigo, abrangerá sobre todas as atividades comerciais e industriais, excetuando-se as profissões liberais e técnicas, que será cobrado, de acordo com a tabela anexa.

Artigo 4º - Quando o movimento econômico, por qualquer natureza não puder ser apurado, o imposto será tributado, tendo-se por base o mínimo instituído na presente Lei.

Artigo 5º - O imposto mínimo será calculado sobre a base de cento e vinte mil cruzeiros mensais, a taxa de dois décimos por cento (0,2%).

Artigo 6º - A apreciação do movimento econômico será feito de acordo com a seguinte base:

No exercício de 1965, será correspondente ao movimento do primeiro mês, multiplicado pelo número total de meses de atividade no exercício, para os novos estabelecimentos.

CAPÍTULO III DAS DECLARAÇÕES

Artigo 7º - Dentro do prazo e das condições estabelecidas em regulamento, os contribuintes sujeitos ao pagamento do imposto com base no movimento econômico, farão entrega à Prefeitura, de uma declaração fiscal relativa a esse movimento e correspondente ao exercício anterior, em formulário próprio fornecido pela Prefeitura.

Artigo 8º - Independente das informações prestadas pelos contribuintes, sempre que se julgar necessário, a Prefeitura determinará uma revisão no estabelecimento ou indústria para exatidão das declarações prestadas, podendo para isso, recorrer aos livros fiscais adotados por lei.

Artigo 9º - Gozará do desconto de dez por cento (10%), calculado sobre o total do lançamento o contribuinte que pagar por ocasião do vencimento da primeira prestação, o imposto que lhe for tributado.

Artigo 10 – A arrecadação do imposto da Indústria e, Profissões, verificar-se-á mediante regulamentação do Executivo Municipal.

Artigo 11 – Para os casos não previstos na presente lei observar-se-á os dispositivos da Lei 23/48.

Artigo 12 – Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1965 e terá vigência até 31 de dezembro do mesmo ano, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 12 de dezembro de 1964.

Moacyr Castanho
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial administrativo